



TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 5ª LEGISLATURA

ATA CIRCUNSTANCIADA DA 29ª
(VIGÉSIMA NONA)
SESSÃO ORDINÁRIA,

EM 17 DE ABRIL DE 2008.

67
175
2008

Publicação conferida no DCI nº 578 de 08/05/08
Assinado: 173+97



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 04 2008	15h50min	29ª ORDINÁRIA	1

PRESIDENTE (DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO) – Há número regimental.

Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido o Deputado Wilson Lima a secretariar os trabalhos da Mesa.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 04 2008	15h50min	29ª ORDINÁRIA	2

PRESIDENTE (DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO) – O Expediente lido vai à publicação.

(Expediente publicado no Suplemento do DCL nº 74, de 30/04/2008, juntamente com a ata sucinta da 29ª Sessão Ordinária.)

Dá-se início ao

PEQUENO EXPEDIENTE.

Esta Presidência lembra às Sras. e aos Srs. Deputados que ontem os Parlamentares fizeram um acordo de que os Líderes abririam mão de falar nos Comunicados de Líderes no dia de hoje. Indago aos Srs. Parlamentares se este acordo ainda continua.

DEPUTADO REGUFFE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, não participei desse acordo pelo qual os Deputados abrem mão de falar nos Comunicados de Líderes, até porque eu quero falar. Falarei pouco, mas quero falar.

PRESIDENTE (DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO) – Passa-se aos

Comunicados de Líderes.

Concedo a palavra ao Deputado Reguffe.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 04 2008	15h50min	29ª ORDINÁRIA	3

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho a esta tribuna para fazer um protesto. Eu queria perguntar quem é a inteligência rara no Governo do Distrito Federal que resolveu fazer um recapeamento de asfalto ao meio-dia, o que provocou um engarrafamento que se prolongou por uma grande parte da Asa Sul no início da tarde de hoje. Eu já soube que isso se repetiu em outra localidade do DF na tarde de ontem. A pessoa do Governo que resolveu fazer recapeamento de asfalto no horário do *rush* deve ser de uma inteligência raríssima. Realmente, é de uma estupidez — desculpem-me a palavra —, um absurdo! A mesma estupidez que havia antigamente de as pessoas recolherem lixo durante o dia. Passaram a recolhê-lo durante a noite.

Primeiro, acho que o Estado deveria investir antes de tudo na educação pública e na saúde pública, que não andam bem e não têm boa qualidade, para depois pensar em investir em asfalto. Segundo, somente no Brasil o asfalto tem de ser o tempo todo recapeado e trocado. Em outros países do mundo, o asfalto dura muito mais do que aqui. É outra pergunta que eu queria fazer: por que não se faz um asfalto mais durável?

O fato é que se está fazendo recapeamento de asfalto na hora do *rush*, quando as pessoas estão chegando ou saindo do trabalho. Isso é uma estupidez! Eu queria saber quem é a inteligência rara que resolveu fazer recapeamento de asfalto no horário do *rush*.

Eu só queria fazer protesto, Sr. Presidente.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 04 2008	15h50min	29ª ORDINÁRIA	4

PRESIDENTE (DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO) – Certo, Deputado Reguffe.

Indago se algum outro Líder deseja fazer uso da palavra.

DEPUTADO PAULO RORIZ – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PAULO RORIZ (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, foi protocolada na tarde de hoje a Moção nº 168, de minha autoria, na qual manifesto reconhecimento e agradecimento a todos os trabalhadores do Hospital de Santa Maria. Inauguraremos esse hospital no próximo dia 30. São mil e cinquenta trabalhadores que, a partir do dia 30, deixarão de trabalhar naquela unidade. Por isso estamos conversando com o Governador Arruda, para que esses trabalhadores sejam removidos para outros locais dentro da construtora que, por hora, está terminando a obra do hospital.

Então, solicito à Presidência e à Mesa, se possível, a inclusão dessa moção na pauta de hoje e a sua votação, para que possamos homenagear aqueles trabalhadores daquela unidade hospitalar, que será entregue no dia 30.

PRESIDENTE (DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO) – Deputado Paulo Roriz, defiro a sua solicitação.

DEPUTADO BENÍCIO TAVARES – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO) – Concedo a palavra a V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 04 2008	15h50min	29ª ORDINÁRIA	5

DEPUTADO BENÍCIO TAVARES (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, após ouvir as palavras do Deputado Reguffe, informo que apresentei nesta Casa um projeto – para o qual peço o apoio de S.Exa. – no sentido de que essas obras sejam realizadas no período da noite, para que não tenhamos os transtornos que estamos vivendo aqui no Distrito Federal.

Apenas para reforçar a tese aqui exposta, quero dizer que saímos hoje de casa às 8h da manhã para vir à reunião da CPI da qual faço parte, e cheguei aqui às 9h30min. Portanto, estamos gastando uma hora e meia do Park Way até aqui. Creio que, se não conseguirmos soluções rápidas, esse será o maior problema que o Distrito Federal enfrentará nos próximos anos. Meu colega que também mora lá poderá falar sobre esse assunto.

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO MILTON BARBOSA (PSDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Deputado Benício Tavares foi muito feliz ao abordar o tema, assim como o Deputado Reguffe. Realmente está uma calamidade o deslocamento em Brasília, em todos os sentidos. S.Exa. é felizado porque gastou apenas uma hora e pouco. Na terça-feira passada, eu não consegui chegar a tempo de participar da reunião da Comissão de Constituição e Justiça, da qual sou membro titular, porque



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 04 2008	15h50min	29ª ORDINÁRIA	6

gastei duas horas e quinze minutos para andar dois quilômetros. O Deputado Benício Tavares tem todo o meu apoio.

O Governo me disse ontem, por intermédio do Senador José Humberto, que hoje convocaria o organismo de segurança. Fui presidente do Conselho de Trânsito, e há uma regra básica que diz que, quando o tráfego está congestionado, é preciso que haja interferência da autoridade de trânsito. Hoje, por ordem do Governador Arruda, S.Exa. estaria reunido com a Polícia Militar e com o Detran para que haja essa interferência. Ontem vi um exemplo aqui perto. Havia uma intervenção na via e os PMs deixavam os carros de uma faixa andar muito e depois os da outra faixa. Isso é elementar.

Quero dizer, portanto, que o Deputado Benício Tavares tem todo o meu apoio e terá o meu voto favorável ao seu projeto.

DEPUTADO PAULO RORIZ – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PAULO RORIZ (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, também quero manifestar o meu apoio ao projeto do Deputado Benício Tavares e acrescentar mais um dado. Só hoje, Deputado Benício Tavares, há quase seis mil carros que se deslocam do Entorno para o Distrito Federal. Semana passada, levei ao Governador umas fotografias da saída de Santa Maria, na BR-040, onde há um posto fiscal. Do Valparaíso, na divisa do Distrito Federal com o Estado de Goiás, até a



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 04 2008	15h50min	29ª ORDINÁRIA	7

entrada do Gama, há um fluxo de mais de cinco mil veículos todos os dias. Quem se desloca do Entorno, principalmente do Valparaíso, passando por Santa Maria, gasta exatamente uma hora e meia para chegar ao Plano Piloto.

Portanto, Deputado Benício Tavares, V.Exa. tem todo o meu apoio. Já levei ao Governador e ao Deputado Federal Alberto Fraga a nossa preocupação em fazer uma remodelagem na BR-040, aumentando uma via naquela região.

DEPUTADO RÔNEY NEMER – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RÔNEY NEMER (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, ontem fiz um apelo ao então Presidente da sessão, Deputado Paulo Tadeu, para que fosse apreciado o projeto do Executivo que Institui o Fundo Distrital de Sanidade Animal e dá outras providências. S.Exa. disse que havia um acordo para que a matéria não fosse votada ontem, mas hoje ela seria apreciada, contando com uma inversão de pauta.

Vejo que o referido projeto consta como o sexto item da pauta. Portanto, eu gostaria de solicitar a inversão de pauta para que a matéria seja apreciada.

PRESIDENTE (DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO) – Deputado Rôney Nemer, consultarei a Assessoria de Plenário para saber se há acordo entre os Líderes para fazermos a inversão solicitada por V.Exa.

DEPUTADA EURIDES BRITO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 04 2008	15h50min	29ª ORDINÁRIA	8

PRESIDENTE (DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, solicitei o uso da palavra exatamente para dizer que ou respeitamos a pauta ou apreçamos de imediato os itens mais antigos constantes dela. Há projetos importantes que estiveram na pauta a semana passada inteira e não foram apreciados. Acho sensato respeitarmos a pauta, porque assim não haverá problema algum. Ou reivindicarei o mais antigo pedido de Inversão de pauta que fiz e que está aí. Acho que o melhor é respeitarmos a pauta, indo até o seu fim, para que todos fiquemos contentes.

Por outro lado, eu também gostaria de lembrar que ontem tivemos uma reunião na qual ficou acertado que, na sessão de hoje, dispensaríamos os pronunciamentos nos Comunicados de Parlamentares e de Líderes e passaríamos diretamente à apreciação da pauta. Já houve pronunciamento da tribuna, o que não foi acertado ontem. Daqui a pouco, outro Parlamentar reivindicará o mesmo direito, e novamente terminaremos a semana com uma votação pífia.

Vamos deixar de enrolar e votar.

PRESIDENTE (DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO) – Deputada Eurides Brito, concordo com V.Exa. Ontem ficou acertado que apreciaríamos os projetos dos Parlamentares. Cada Parlamentar escolherá um projeto. O Deputado Paulo Tadeu



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 04 2008	15h50min	29ª ORDINÁRIA	9

passou um comunicado da Presidência de que apreciaríamos os projetos escolhidos pelos Parlamentares.

DEPUTADO REGUFFE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, não concordei em abrir mão do meu direito de uso do horário destinado aos Comunicados de Parlamentares e de Líderes. Talvez eu não estivesse presente na hora em que isso foi acordado, por isso fiz questão de me pronunciar.

Eu gostaria também de agradecer porque, pela primeira vez, acho que terei unanimidade dos Pares em minha crítica ao recapeamento de asfalto no horário do *rush*. Isso é no mínimo uma estupidez.

PRESIDENTE (DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO) – Deputado Reguffe, a colocação de V.Exa. é muito oportuna.

DEPUTADA EURIDES BRITO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Sem revisão da oradora.) – Deputado Reguffe, mais uma vez eu gostaria de mostrar como somos desentrosados nesta Casa. O Deputado Benício Tavares acaba de dizer que é autor de um projeto que proíbe o recapeamento no horário de trabalho, e eu também sou. O meu feito



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 04 2008	15h50min	29ª ORDINÁRIA	10

parlamentar não é discutir maternidade ou paternidade, e sim discutir o mérito. A essa altura já devem estar apensados, mas, com esse nosso marasmo de votação, passam semanas, e as coisas não chegam. Temos de deixar de embromação.

Eu também gostaria de dizer que V.Exa. não estava presente à reunião porque não quis. Os representantes dos partidos e das lideranças estavam presentes. Inclusive houve um momento em que o Presidente Alírio Neto verificou as presenças. S.Exa. disse: "O PMDB não está", porque não viu o Deputado Benício Tavares. E eu disse: como vice-líder, estou aqui representando o PMDB. Todas as lideranças estavam. Esse é um colegiado. Quem foi convocado, tem de comparecer. Se alguém saiu para pedir voto, para ir ao médico ou qualquer outra coisa, em qualquer colegiado do mundo, vale o que foi votado. Não há "blá". Ou se obedece ao que foi votado ontem na reunião do colegiado ou não se vota mais coisa nenhuma porque não se cumpre o que foi acordado.

Foi votado que não teríamos pronunciamento parlamentar nem comunicado de liderança. Iríamos fazer a reunião e ir direto à pauta. Não se deve abrir exceção, senão terminaremos de novo apenas no "blá."

(Assume a Presidência o Deputado Alírio Neto.)

DEPUTADO WILSON LIMA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Concedo a palavra a V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 04 2008	15h50min	29ª ORDINÁRIA	11

DEPUTADO WILSON LIMA (PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Deputado Reguffe já fez uso do seu direito como parlamentar. Embora S.Exa. não tenha acordado, o acordo é dos Líderes. S.Exa. não tem o direito de reclamar.

Sr. Presidente, o Deputado Paulo Roriz solicitou a inclusão de uma moção de sua autoria na pauta. Teremos uma sessão solene no Country Club de Brasília e, por isso, há outra moção. Gostaríamos de juntar as duas moções para que possamos apreciá-las imediatamente.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa.

DEPUTADO REGUFFE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, concordo que temos de passar diretamente à apreciação da pauta. Mas é regimental o direito de um parlamentar usar do horário destinado aos Comunicados de Líderes e de Parlamentares. Sempre que eu tiver vontade de falar, usarei dessa minha prerrogativa.

DEPUTADA EURIDES BRITO – V.Exa. tem de prometer que não faltará mais às reuniões de liderança.

DEPUTADO REGUFFE – Sr. Presidente, nunca falto à sessão. Sempre sou um dos primeiros a chegar. Sempre estou aqui antes das 15h e saio apenas quando a sessão acaba. Não falto. Este ano não tenho uma única falta.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 04 2008	15h50min	29ª ORDINÁRIA	12

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Esta Presidência acata a solicitação do Deputado Wilson Lima.

Ontem foi acordado que hoje não haveria Comunicados de Parlamentares nem Comunicados de Líderes.

Dá-se Início à

ORDEM DO DIA.

Apreciação, em bloco, dos seguintes itens:

Item nº 17:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 164, de 2008, de autoria do Deputado Wilson Lima, que “manifesta voto de louvor aos cidadãos que menciona, pela passagem do quinquagésimo aniversário do Brasília Country Club”.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 168, de 2008, de autoria do Deputado Paulo Roriz, que “manifesta o reconhecimento desta Casa de Leis aos cidadãos que arduamente trabalharam na construção do Hospital Regional de Santa Maria – RA XIII”.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam as moções permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

As moções estão aprovadas com a presença de 15 Deputados.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 04 2008	15h50min	29ª ORDINÁRIA	13

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, vou fazer a leitura dos meus esclarecimentos quanto ao parecer proferido pela Comissão de Assuntos Fundiários ao Projeto de Lei Complementar nº 65, de 2008, pois o Plenário terá que se manifestar.

Quando da leitura do Relatório da Comissão de Assuntos Fundiários ao Projeto de Lei Complementar nº 65, de 2008, que trata da regularização das igrejas, proferido na Sessão Ordinária do dia 15 de abril, este Relator acatou várias emendas na forma de quatro subemendas, sendo uma modificativa, uma aditiva e duas aglutinativas.

Entre as emendas acatadas de forma aglutinativa, duas emendas de autoria do Deputado Bispo Renato – a Emenda nº 44 e a Emenda nº 70 – são emendas de endereços, foram omitidas na digitação do corpo do parecer.

Contudo, esclareço que, mesmo não constando do corpo inicial do parecer, as referidas emendas — 44 e 70 — foram aglutinadas por este Relator e estão contempladas nos anexos das subemendas do Relator de nºs 1 e 4, onde estão listados todos os endereços referentes às emendas dos nobres Parlamentares, neste caso, o Deputado Bispo Renato.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 04 2008	15h50min	29ª ORDINÁRIA	14

Sendo assim, para que não paire nenhuma dúvida sobre a aprovação das Emendas nºs 44 e 70, solicito a V.Exa. que dê conhecimento deste esclarecimento ao Plenário para que ele seja referendado. Da mesma forma, solicito o referendo dos pareceres da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças e da Comissão de Constituição e Justiça, proferidos respectivamente pelos Deputados Paulo Roriz e Deputado Brunelli, haja vista que esses pareceres tiveram como parâmetro o parecer da Comissão de Assuntos Fundiários.

Ao tempo e para fins de registro, solicito, após a manifestação plenária, sua anexação junto ao processo como parte do relatório da Comissão de Assuntos Fundiários.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Deputado Leonardo Prudente, com o encaminhamento dado por V.Exa., Relator da Comissão de Assuntos Fundiários ao Projeto de Lei Complementar nº 65, de 2008, submeto ao Plenário para referendo o esclarecimento complementar ao parecer da Comissão de Assuntos Fundiários.

Não havendo manifestação *contrária*, eu o considero acatado, assim como, da mesma forma e nos mesmos termos, considero retificados, complementados e definitivamente aprovados os pareceres da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças e da Comissão de Constituição e Justiça. (Pausa.)

Deputado Leonardo Prudente, como não houve manifestação *contrária*, foram acatados os esclarecimentos de V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 04 2008	15h50min	29ª ORDINÁRIA	15

DEPUTADO REGUFFE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Sem revisão do orador.) – Não sei se entendi direito. Foram incluídos mais dois endereços no projeto que trata das igrejas, que não foram aprovados? Foi isso?

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Não foi isso, Deputado Reguffe. O Deputado Leonardo Prudente poderá explicar melhor a V.Exa.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, vamos seguir os nossos trabalhos com votação e discussão dos vetos.

Antes, porém, como Relator do Projeto de Lei Complementar nº 50, de 2007, que trata dos "puxadinhos", solicito a todos os Deputados que apresentem as suas emendas até o início da manhã de terça-feira. Para este dia, às onze horas, estou convocando uma reunião técnica, na sala da Liderança do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, para discutirmos as emendas ao projeto e, a partir de então, colocá-lo em pauta.

Repetindo, Sr. Presidente, haverá uma discussão técnica com apreciação das emendas dos Deputados. Só apreciarei as emendas apresentadas até a manhã de terça-feira na Assessoria de Plenário. Faremos uma avaliação do que é possível



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 04 2008	15h50min	29ª ORDINÁRIA	16

acatar ou não, às 11 horas da manhã de terça-feira. Todos os Deputados que tiverem interesse no assunto estão convocados para esta reunião, juntamente com os seus técnicos.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO (PTB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, consta como primeiro item da pauta o Projeto de Lei nº 542, de 2007, de minha autoria. Solicito a V.Exa. que ele não seja apreciado hoje.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa.

Item nº 2:

Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 629, de 2007, de autoria do Deputado Chico Leite, que “institui o passe livre dos rodoviários no Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal e no Sistema de Transporte Público Coletivo sobre Trilho – METRÔ/DF”.

Relator: Deputado Milton Barbosa - CCJ.

DEPUTADO PAULO TADEU – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PAULO TADEU (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o referido veto que está em votação é a um projeto de autoria do Deputado Chico



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 04 2008	15h50min	29ª ORDINÁRIA	17

Leite, que não está presente. Solicito a V.Exa. que aguardemos a chegada do Deputado Chico Leite para que S.Exa. possa fazer a defesa do referido projeto.

Outra questão é o fato de que não tive nenhum projeto aprovado naquela semana em que os outros Parlamentares tiveram seus projetos aprovados aqui nesta Casa. Solicito a votação do Item nº 13, para que eu não fique em desigualdade com relação aos demais Deputados, pois eu e V.Exa. ficamos sem projetos aprovados, enquanto os demais tiveram pelo menos um projeto aprovado.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, não há nenhum óbice quanto a deixar de apreciar o veto do Deputado Chico Leite. Podemos deixar, então, para depois.

O Deputado Cristiano Araújo está presente?

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – O Deputado Cristiano Araújo está presente, mas solicitou a esta Presidência que não apreciássemos o veto referente a seu projeto hoje.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE – Podemos apreciar o Item nº 3? Trata-se do veto a um projeto de minha autoria.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 04 2008	15h50min	29ª ORDINÁRIA	18

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – O Deputado Paulo Tadeu fez uma solicitação que procede. Acatei a solicitação do Deputado Paulo Tadeu para que apreciássemos o Item nº 13, pois S.Exa. não teve nenhum projeto de sua autoria aprovado na semana passada e esse era o acordo desta Casa.

Em seguida, apreciaremos o Item nº 3, a pedido de V.Exa.

(Assume a Presidência o Deputado Wilson Lima.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Item nº 13:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 578, de 2007, de autoria do Deputado Paulo Tadeu, que “dispõe sobre a implantação de aterros sanitários, sobre a compensação social às populações vizinhas aos aterros e dá outras providências”.

Relatores: Deputado Batista das Cooperativas - CDESCTMAT

Deputado - CES

Deputado - CCJ.

Solicito ao Relator, Deputado Batista das Cooperativas, que emita parecer da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo sobre a matéria.

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS (PRP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, estou discutindo com o Deputado Paulo Tadeu duas emendas que foram apresentadas a este projeto. Peço alguns minutos a V.Exa. para que concluamos o parecer ao projeto e às referidas emendas.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 04 2008	15h50min	29ª ORDINÁRIA	19

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Acato o pedido do Deputado Batista das Cooperativas.

Apreciaremos, então, o Item nº 3.

Convido o Deputado Batista das Cooperativas a secretariar os trabalhos da Mesa.

Item nº 3:

Apreciação do veto parcial ao § 2º e seus incisos I e II do art. 1º, art. 3º e art. 5º do Projeto de Lei nº 482, de 2007, de autoria do Deputado Leonardo Prudente, que "cria o Programa Cidadão Legal e dá outras providências".

Relatora: Deputada Eurides Brito - CCJ.

Ratifico que a apreciação do veto ao Projeto de Lei nº 482, de 2007, é parcial, não é total.

Concedo a palavra à Deputada Eurides Brito para emitir o relatório da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Para emitir relatório. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, relatório da Comissão de Constituição e Justiça ao veto parcial ao § 2º e seus incisos I e II do art. 1º, art. 3º e art. 5º do Projeto de Lei nº 482, de 2007, de autoria do Deputado Leonardo Prudente, que "cria o Programa Cidadão Legal e dá outras providências".

Este projeto de autoria do Deputado Leonardo Prudente, aprovado por esta Casa, foi vetado parcialmente pelo Governador, que o transformou na Lei nº 4.099, de 2008. O projeto de lei em questão dispõe sobre medidas que estimulem a



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 04 2008	15h50min	29ª ORDINÁRIA	20

população a exigir a emissão de nota fiscal na aquisição de mercadorias, bens ou serviços.

Foi analisado por todas as Comissões e aprovado por esta Casa, mas o Governador, acatando informações e pareceres de sua assessoria técnica, destaca a natureza formal e material que, embora momentâneas, evidenciam contrariedade ao interesse público e inconstitucionalidade, em conformidade com o art. 71, § 1º; art. 5; art. 74; art. 131 e art. 149, todos da Lei Orgânica.

Então, em alguns artigos, parágrafos ou incisos, o Governo considera haver alguma disfunção ou inconstitucionalidade. É o encaminhamento que fazemos, Sr. Presidente, já que não nos cabe fazer a apreciação.

É o relatório, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Em discussão o relatório da Comissão de Constituição e Justiça.

Concedo a palavra ao Deputado Leonardo Prudente.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, este item trata de um veto parcial a um projeto de minha autoria, que destinava um determinado percentual de crédito quando da solicitação de notas fiscais, seja de ISS ou de ICMS, para o pagamento de IPVA e de IPTU, que contou com a contribuição, inclusive, do Deputado Reguffe.

Os artigos que foram vetados tratavam primeiramente dos limites à imposição linear dos 30% do desconto, e o último artigo trata da questão dos valores das multas.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 04 2008	15h50min	29ª ORDINÁRIA	21

Eu discuti atentamente este assunto com o Poder Executivo. Sob a alegação do monitoramento das receitas em contrapartida ao valor do desconto, o Governo complementar o projeto que chegará a esta Casa ainda no dia de hoje – o Sr. Governador José Arruda já assinou a mensagem de que trata este assunto. Estamos aguardando a chegada do projeto de lei que complementa o Programa Cidadão Legal, fazendo com que o Governo tenha a flexibilidade do desconto de até 30% e com vantagem de, em vez de conceder o desconto de até 99% do IPTU e do IPVA, poder pagar integralmente o IPTU e o IPVA. Ou seja, há um avanço do nosso projeto em relação ao encaminhamento do Governo, razão pela qual encaminho a votação pela manutenção do veto, porque a mensagem do Sr. Governador complementa o nosso projeto, a fim de que efetivamente surta os seus efeitos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Reguffe.

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, votarei pela derrubada do veto.

Apresentei um projeto que concede desconto de 99% nas taxas de IPTU e de IPVA ao contribuinte que exigir as notas fiscais, ou seja, se o contribuinte fizer o que já é a sua obrigação. O contribuinte, para isso, ganharia 30% do valor recolhido de cada nota em ICMS ou ISS, e ele receberia créditos que poderiam ser abatidos nos tributos do ano subsequente. Por exemplo, hoje uma camiseta que o contribuinte compra por R\$ 100,00 (cem reais), incidem sobre esse preço 12% de



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 04 2008	15h50min	29ª ORDINÁRIA	22

ICMS. Hoje a pessoa não exige nota fiscal, o contribuinte ganha zero, o Estado ganha zero e o empresário que sonegou o imposto ganha os R\$ 12,00 (doze reais). Com esse projeto, o Governo ganhará 70% dos R\$ 12,00 (doze reais), que totaliza R\$ 8,40 (oito reais e quarenta centavos), e o contribuinte ganhará R\$ 3,60 (três reais e sessenta centavos), ou seja, 30% do valor recolhido do ICMS, e terá como crédito para abater no ano subsequente de seu IPTU e IPVA.

Mais tarde, descobri que o Deputado Leonardo Prudente tinha um projeto que tratava também de notas fiscais. Eu fiz um substitutivo ao projeto do Deputado Leonardo Prudente. O Governo simplesmente vetou a parte principal do projeto: o desconto no IPTU e no IPVA para os contribuintes.

Eu li a mensagem que o Governo mandou para esta Casa, estabelecendo um desconto de até 30%. Ele não estabeleceu 30%, mas até 30%. Claro que para quem não tem nada, esse desconto já significa algum ganho para o contribuinte. Por isso, na hora de votar o projeto do Governo, votarei favoravelmente. Agora, o ideal é que esta Casa seja respeltada. Ela estipulou um desconto de 30%, então tem de ser concedido um desconto de 30%. Em São Paulo, onde o desconto é de 30%, a arrecadação da prefeitura aumentou R\$ 810.000.000,00 (oitocentos e dez milhões)

Com a aprovação desse bom projeto, não haverá queda de arrecadação e os contribuintes vão pagar menos impostos. Eles próprios fiscalizarão os empresários que hoje sonegam. O projeto, que é de cidadania fiscal, reduz a sonegação bruscamente e faz com que a sociedade comece a lutar pelos seus direitos, ou seja, comece a exigir a nota fiscal, pois o cidadão tem o direito de recebê-la e a obrigação



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 04 2008	15h50min	29ª ORDINÁRIA	23

de pedi-la. E ao final do ano o contribuinte vai ter um desconto no seu IPTU e IPVA de acordo com o número de notas fiscais que tiver.

Este é um bom projeto, portanto vou votar pela derrubada do veto do Sr. Governador.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Continua em discussão. (Pausa.)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra para encaminhar a votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o meu encaminhamento é pela manutenção do veto, considerando que o projeto do Governo foi construído a quatro mãos, com a minha participação. Certamente ele supre todas as eventuais falhas que porventura haja no projeto original.

Portanto, a somatória da mensagem do Governador com a parte mantida do projeto atende a expectativa do contribuinte e do cidadão.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Passa-se à apreciação do veto.

O veto exige, para a sua rejeição, o voto contrário da maioria absoluta dos membros da Casa, em votação nominal.

Os Deputados que votarem "sim" estarão aprovando o veto; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 04 2008	15h50min	29ª ORDINÁRIA	24

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DE VETO

VETO TOTAL VETO(S) PARCIAL(S) AO(S): § 2º - incisos I e II do Art. 1º, Art. 3º e Art. 5º

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S) _____

PROJETO DE LEI Nº(S) 482/07

Autor: Deputado(a): Leonardo Prudente Executivo
Relator: Deputado(a): Eurides Brito

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	SIM	NÃO	ABST	AUS
	AYLTON GOMES - PMN	X			
	BATISTA DAS COOPERATIVAS - PRP	X			
	BENÍCIO TAVARES - PMDB	X			
	BERINALDO PONTES - PP				X
	BISPO RENATO - PR	X			
	BRUNELLI - DEM	X			
	CABO PATRÍCIO - PT	X			
	CHICO LETTE - PT				X
	CRISTIANO ARAÚJO - PTB	X			
	DOCTOR CHARLES - PTB				X
	ÉRIKA KOKAY - PT	X			
	EURIDES BRITO - PMDB	X			
	JAQUELINE RORIZ - PSDB				X
	LEONARDO PRUDENTE - DEM	X			
	LUZIA DE PAULA - PSL				X
	MILTON BARBOSA - PSDB	X			
	PAULO RORIZ - DEM	X			
	PAULO TADEU - PT	X			
	RAAD MASSOUH - DEM	X			
	REGUFFE - PDT		X		
	ROGÉRIO ULYSSES - PSB		X		
	RÓNEY NEMER - PMDB	X			
	WILSON LIMA - PR	X			
	ALÍRIO NETO - PPS				X
	TOTAL	16	02		06

ASSP _____ SECRETÁRIO DEP. BATISTA DAS COOPERATIVAS ASSP Nº 1

VOTOS "SIM"	16	VETO MANTIDO	
VOTOS "NÃO"	02	VETO REJEITADO	
ABSTENÇÃO	-		
AUSÊNCIAS	06		



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 04 2008	15h50min	29ª ORDINÁRIA	25

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 16 votos favoráveis e 2 votos contrários. Houve 6 ausências. Total de votantes: 18.

Fica mantido o veto.

A Presidência determinará as providências necessárias para comunicar o resultado ao Sr. Governador do Distrito Federal.

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS (PRP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a V.Exa. que retomemos a votação do Item nº 13.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – V.Exa. está pronto para emitir o parecer?

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS – Sim, estamos prontos.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Item nº 13:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 578, de 2007, de autoria do Deputado Paulo Tadeu, que “dispõe sobre a implantação de aterros sanitários, sobre a compensação social às populações vizinhas aos aterros e dá outras providências”.

Relatores: Deputado Batista das Cooperativas - CDESCTMAT

Deputado

- CES



<i>Data</i>	<i>Horário Início</i>	<i>Sessão/Reunião</i>	<i>Página</i>
17 04 2008	15h50min	29ª ORDINÁRIA	26

Deputado

- CCJ.

Solicito ao Relator, Deputado Batista das Cooperativas, que emita parecer da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo sobre a matéria.

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS (PRP. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo ao Projeto de Lei nº 578, de 2007, de autoria do Deputado Paulo Tadeu, que “dispõe sobre a implantação de aterros sanitários, sobre a compensação social às populações vizinhas aos aterros e dá outras providências”.

O projeto possui quatro emendas modificativas. As questões de mérito analisadas por esta Comissão levam-nos a concluir pela aprovação do referido projeto de lei.

No entanto, chamamos a atenção para alguns problemas apresentados, como a interferência no uso e ocupação do solo e a criação de obrigações econômicas. Tais questões estão fora do escopo de nossa análise. Assim, deverão ser avaliadas pelas Comissões de Assuntos Fundiários e de Economia, Orçamento e Finanças, respectivamente, inclusive quanto ao mérito.

No âmbito da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo, verificados os critérios de oportunidade, relevância e necessidade da matéria, relatamos pela aprovação do referido projeto, com as Emendas Modificativas nºs 1, 2, 3 e 4 anexas.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 04 2008	15h50min	29ª ORDINÁRIA	27

É o seguinte o parecer:



PARECER Nº , DE 2008

Da COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MEIO AMBIENTE E TURISMO sobre o PROJETO DE LEI N. 578, de 2007, que *dispõe sobre a implantação de aterros sanitários, sobre a compensação social às populações vizinhas aos aterros e dá outras providências.*

AUTOR: Deputado PAULO TADEU

RELATOR: Deputado BATISTA DAS COOPERATIVAS

I - RELATÓRIO

Submete-se a esta Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo o Projeto de Lei n. 578, de 2007, que trata da implantação de aterros sanitários e da compensação social às populações vizinhas.

A propositura em seu art. 3º, estabelece normas para implantação de aterros sanitários, das quais podemos destacar: serem localizados em áreas rurais de dinamização ou rurais de uso diversificado; não estarem localizados a menos de quinhentos metros de um corpo d'água; ser realizada a audiência pública, entre outras.

A proposta destaca que o aterro sanitário contará com setores para deposição dos resíduos sólidos de diferentes categorias, de acordo com a classificação presente na Resolução nº 23, de 12 de dezembro de 1996, do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA. Já a disposição dos resíduos gerados por aeroportos, terminais ferroviários e rodoviários, bem como por prestadores de serviço

27.2

de saúde seguirão o estabelecido na Resolução nº 5, de agosto de 1993, do CONAMA.

O PL ainda prevê compensação social para a população afetada pela instalação do aterro sanitário, residente em um raio de 5 Km.

Em sua justificção, o autor argumenta que o Distrito Federal carece de um local apropriado para deposição dos resíduos sólidos gerados pela população. Atualmente, os resíduos sólidos são depositados a céu aberto, no lixão da Estrutural. Como resultado, além dos problemas para o meio ambiente e à saúde pública, também gera uma população que vive da reciclagem do lixo.

É o relatório.

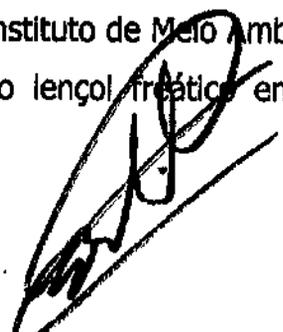
I I- VOTO DO RELATOR

Compete à Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo, nos termos do art. 63, Inciso I, analisar as proposições em geral, quanto ao mérito.

Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE indicam que a maioria dos municípios brasileiros não possui aterro sanitário. De acordo com a Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (ABES), de 1989 até hoje, o percentual do lixo depositado a céu aberto passou de 76% para 85%.

Os lixões, ou vazadouros, constituem uma forma inadequada de deposição do lixo, sem medidas de segurança para evitar a contaminação e a poluição do meio ambiente e para os catadores que vivem do aproveitamento dos materiais presentes.

Em relação à Brasília, o melhor exemplo do descaso do Poder Público com a saúde da população é o depósito de lixo da Estrutural. Onde antes eram descartadas dezenas de toneladas de lixo, hoje vivem cerca de 535 famílias. De acordo com o Estudo de Impacto Ambiental - EIA apresentado ao Instituto de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, o solo e o lençol freático encontram-se contaminados com metais pesados.



Os dados presentes no estudo de MELO FILHO (2005)¹ demonstram que no Plano Piloto existem 18 depósitos de lixo e de entulhos ativos. Não há fiscalização em relação ao material que é depositado nessas áreas, além de ocorrer um processo de aglomeração de pessoas socialmente excluídas.

O autor da proposição demonstra preocupação com as questões sociais e ambientais do Distrito Federal. Na justificativa que fundamenta a iniciativa, baseada em legislação específica, fica clara a intenção de resolver esse grave problema de gestão pública, que se agrava a cada ano.

Contudo, além das exigências para implantação dos aterros sanitários, poderiam ser considerados outros aspectos técnicos, em acréscimo àqueles apresentados no art. 3º. Os critérios seriam de ordem restritiva e estariam associados a fatores ambientais, operacionais e socioeconômicos². Visam a estabelecer as condições mínimas exigíveis para localização, implantação e operação de aterros sanitários em áreas urbanas. As restrições estão baseadas na NBR 13896 ABNT e visam proteger os recursos hídricos superficiais e subterrâneos, bem como as populações vizinhas.

A análise integrada das variáveis propostas permitiria definir com maior precisão a área mais adequada para instalação do aterro. O processo de decisão deve ser rígido, de modo a abranger todos os critérios estabelecidos. Nesse sentido, com vistas a melhorar a propositura, tornando-a mais eficiente, apresentamos quatro emendas modificativas. A primeira Emenda acrescenta parâmetros aos propostos no PL. Os novos critérios apresentados são baseados na norma da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT. A segunda e terceira Emendas visam a manter a eficácia da proposição, mesmo no caso de alteração ou revogação da Resolução nº 23, de 12 de dezembro de 1996 e Resolução nº 5, de agosto de 1993, respectivamente.

A Emenda de nº 4 vincula a identificação da população afetada aos resultados apresentados pelo EIA. Em muitos casos, a população prejudicada pode estar fora do raio de 5 km do aterro sanitário (por exemplo, à jusante na bacia hidrográfica). Em outros, aquelas dentro do perímetro estabelecido podem não ser

¹ MELO FILHO, B. de . O Valor Econômico e Social do Lixo de Brasília. Universidade Federal do Paraná. 78 p.
² Calijuri, M.L.; Oliveira Melo, A. L. de; Lorentz, J.F. 2002. Identificação de Áreas para Implantação de Aterros Sanitários com Uso de Análise Estratégica de Decisão.

significativamente atingidas (isoladas do aterro por alguma barreira geográfica que as proteja). Nesse sentido, as compensações sociais propostas representariam um ônus desnecessário para os cofres públicos.

As questões de mérito que cabem a esta Comissão analisar, portanto, levam a concluir pela aprovação do PL em pauta. No entanto, chamamos a atenção para alguns problemas apresentados, como a interferência no uso e ocupação do solo e com a criação de obrigações econômicas. Tais questões estão fora do escopo de nossa análise e deverão ser avaliadas pela Comissão de Assuntos Fundiários e pela Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, respectivamente, inclusive quanto ao mérito.

Em conclusão, verificados os critérios de oportunidade, relevância e necessidade da matéria, votamos pela APROVAÇÃO do PL nº 578, de 2007, no âmbito desta Comissão, com as emendas anexas.

Sala das Comissões em, ...de 2008.



PRESIDENTE
Deputado **BATISTA DAS COOPERATIVAS**
RELATOR

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL, CIÊNCIA, TECNOLOGIA , MEIO AMBIENTE E TURISMO

EMENDA Nº 1 (MODIFICATIVA)

Ao Projeto de Lei n 578, de 2007, que "dispõe sobre a implantação de aterros sanitários, sobre a compensação social às populações vizinhas aos aterros e dá outras providências".

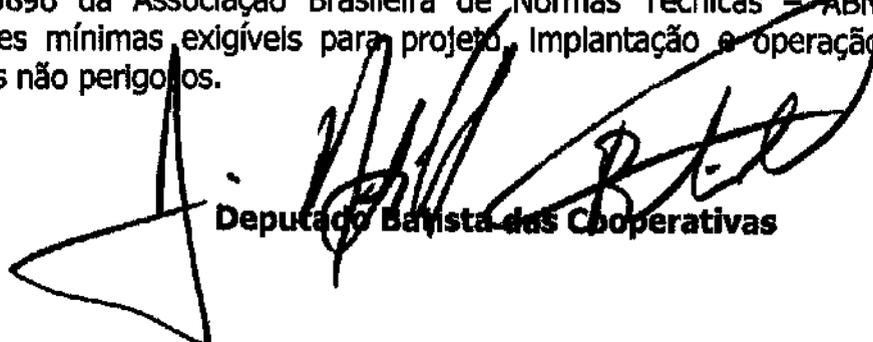
Dá-se ao inciso II, art.3º do Projeto de Lei n 578, de 2007, a seguinte redação:

Art. 3º (...)

II- a área para implantação, bem como para sua possível expansão, não poderá estar a menos de quinhentos metros de qualquer corpo d'água, nem a menos de 200 m do sistema viário, **de 200 m das falhas geológicas e deverá situar-se em terreno com declividade mínima de 1% e máxima de 30%**

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem por objetivo acrescentar outros parâmetros às normas técnicas presentes no PL analisado. Os novos critérios apresentados são baseados na NBR 13896 da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, que fixa as condições mínimas exigíveis para projeto, implantação e operação de aterros de resíduos não perigosos.



Deputado Batista das Cooperativas

27.6

**COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL, CIÊNCIA,
TECNOLOGIA , MEIO AMBIENTE E TURISMO**

EMENDA Nº 2 (MODIFICATIVA)

Ao Projeto de Lei n 578, de 2007, que "dispõe sobre a implantação de aterros sanitários, sobre a compensação social às populações vizinhas aos aterros e dá outras providências".

Dá-se ao inciso II, art.5º do Projeto de Lei n 578, de 2007, a seguinte redação:

Art. 5º O aterro sanitário deverá contar com áreas específicas e distintas para a disposição de resíduos de acordo com suas características intrínsecas, considerando-se a classificação constante da Resolução nº 23, de 12 de dezembro de 1996, do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA, ou regulamento que venha a alterá-la ou substituí-la.

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem por objetivo manter a eficácia da norma proposta, mesmo no caso de alteração ou revogação da Resolução nº 23, de 12 de dezembro de 1996.



Deputado Baista das Cooperativas

27.7

**COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL, CIÊNCIA,
TECNOLOGIA , MEIO AMBIENTE E TURISMO**

EMENDA Nº 3 (MODIFICATIVA)

Ao Projeto de Lei n 578, de 2007, que "dispõe sobre a implantação de aterros sanitários, sobre a compensação social às populações vizinhas aos aterros e dá outras providências".

Dá-se ao inciso II, art.6º do Projeto de Lei n 578, de 2007, a seguinte redação:

Art. 6º A disposição dos resíduos gerados por aeroportos, terminais ferroviários e rodoviários e estabelecimentos prestadores de serviços de saúde obedecerá ao disposto na Resolução nº 5, de agosto de 1993, do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA, ou regulamento que venha a alterá-la ou substituí-la.

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem por objetivo manter a eficácia da norma proposta, mesmo no caso de alteração ou revogação da Resolução nº 5, de agosto de 1993.



Deputado Baista das Cooperativas

27-8

**COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL, CIÊNCIA,
TECNOLOGIA , MEIO AMBIENTE E TURISMO.**

EMENDA Nº 4 (MODIFICATIVA)

Ao Projeto de Lei n 578, de 2007, que "dispõe sobre a Implantação de aterros sanitários, sobre a compensação social às populações vizinhas aos aterros e dá outras providências".

Dá-se ao Inciso II, art.8º do Projeto de Lei n 578, de 2007, a seguinte redação:

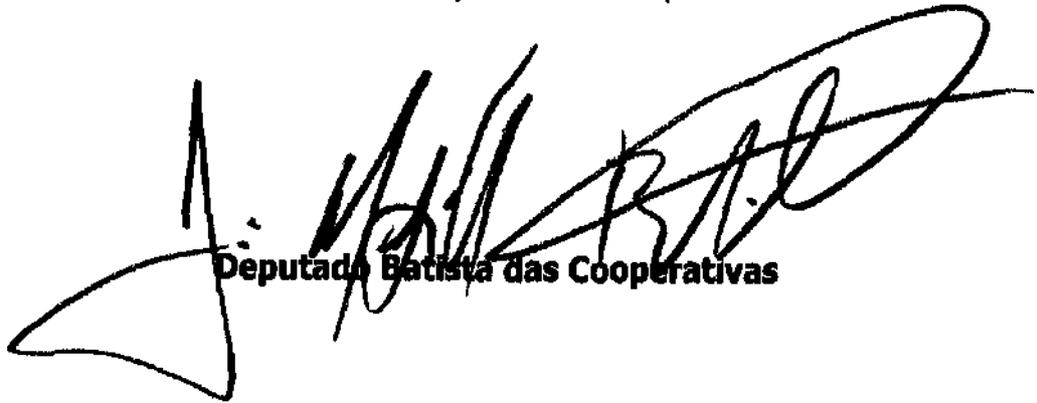
Art. 8º (...)

II (...)

Parágrafo único: Considera-se população afetada aquela indicada pelo Estudo de Impacto Ambiental - EIA.

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem por objetivo vincular a indicação de população afetada aos resultados apresentados pelo Estudo de Impacto Ambiental - EIA. Em muitos casos, a população prejudicada pode estar fora do raio de 5 km do aterro sanitário. Em outros, as populações dentro do perímetro estabelecido podem não ser significativamente afetadas. Nesse sentido, as compensações sociais propostas representariam um ônus desnecessário para os cofres públicos.



Deputado Batista das Cooperativas



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 04 2008	15h50min	29ª ORDINÁRIA	28

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Deputado Batista das Cooperativas, esclareço a V.Exa. que as comissões que se manifestarão sobre o presente projeto serão a Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo; a Comissão de Educação e Saúde; e a Comissão de Constituição e Justiça.

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS – Sr. Presidente, entendi o que V.Exa. disse. Ocorre que, no nosso parecer, salientamos que a Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo não tem como avaliar algumas questões que entendemos serem da competência da Comissão de Assuntos Fundiários e da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças.

Sr. Presidente, para ratificar, aprovamos as quatro emendas modificativas.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Em discussão o parecer da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 18 Deputados.

Solicito ao Deputado Raad Massouh que emita parecer da Comissão de Educação e Saúde sobre a matéria.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 04 2008	15h50min	29ª ORDINÁRIA	29

DEPUTADO RAAD MASSOUH (DEM. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Educação e Saúde ao Projeto de Lei nº 578, de 2007, de autoria do Deputado Paulo Tadeu, que “dispõe sobre a Implantação de aterros sanitários, sobre a compensação social às populações vizinhas aos aterros e dá outras providências”.

No âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, acato o referido projeto, com as quatro emendas apresentadas pelo Relator da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Em discussão o parecer da Comissão de Educação e Saúde. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 18 Deputados.

Solicito à Deputada Eurides Brito que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 578, de 2007, de autoria do Deputado Paulo Tadeu, que “dispõe sobre a implantação de aterros sanitários, sobre a compensação social às populações vizinhas aos aterros e dá outras providências”.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 04 2008	15h50min	29ª ORDINÁRIA	30

O referido projeto passou pelas comissões respectivas. Na Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo, depois de serem verificados os critérios da oportunidade, relevância e necessidade da matéria, ele foi aprovado.

Foram apresentadas quatro emendas: a Emenda Modificativa nº 1, que altera o inciso II do art. 3º, que passaria a ter a seguinte redação: "II - a área para implantação, bem como para sua possível expansão, não poderá estar a menos de quinhentos metros de qualquer corpo d'água, nem a menos de duzentos metros do sistema viário, de duzentos metros das falhas geológicas e deverá situar-se em terreno com declividade mínima de 1% e máxima de 30%".

A Emenda Modificativa nº 2, também de autoria do Deputado Batista das Cooperativas, dá ao inciso II do art. 5º do Projeto de Lei nº 578, de 2007, a seguinte redação: "O aterro sanitário deverá contar com áreas específicas e distintas para a disposição de resíduos de acordo com suas características intrínsecas, considerando-se a classificação constante da Resolução nº 23, de 12 de dezembro de 1996, do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA, ou regulamento que venha a alterá-la ou substituí-la".

A Emenda Modificativa nº 3, que dá ao inciso II do art. 6º do Projeto de Lei nº 578, de 2007, a seguinte redação: "A disposição dos resíduos gerados por aeroportos, terminais ferroviários e rodoviários e estabelecimentos prestadores de serviços de saúde obedecerá ao disposto na Resolução nº 5, de agosto de 1993, do



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 04 2008	15h50min	29ª ORDINÁRIA	31

Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA, ou regulamento que venha a alterá-la ou substituí-la”.

A Emenda Modificativa nº 4, que dá ao inciso II do art. 8º do Projeto de Lei nº 578, de 2007, a seguinte redação: “Considera-se população afetada aquela indicada pelo Estudo de Impacto Ambiental – EIA”.

Sr. Presidente, em nome da Comissão de Constituição e Justiça, somos pela aprovação, com o acolhimento das emendas apresentadas na Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo, de autoria do Deputado Batista das Cooperativas.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Em discussão o parecer da Comissão de Constituição e Justiça. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 18 Deputados.

Em discussão o projeto, em primeiro turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 18 Deputados.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 04 2008	15h50min	29ª ORDINÁRIA	32

A matéria segue a tramitação regimental.

Esta Presidência indaga ao Líder do Governo, Deputado Leonardo Prudente, se há acordo para apreclarmos o Item nº 6. (Pausa.)

Item nº 6:

Discussão e votação, em 1º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei Complementar nº 43, de 2007, de autoria do Poder Executivo, que "Institui o Fundo Distrital de Sanidade Animal e dá outras providências".

Relatores: Deputado Bispo Renato - CES

Deputado Rôney Nemer - CEOF

Deputado - CCJ.

A Presidência designa o Deputado Cristiano Araújo para emitir parecer da Comissão de Educação e Saúde sobre a matéria. (Pausa.)

DEPUTADO CABO PATRÍCIO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, acabamos de ter uma reunião na sala do cafezinho com os técnicos e o Subsecretário de Agricultura, o Dr. Lucas. Marcamos uma reunião amanhã pela manhã entre eles e a Liderança do PT a fim de que apreciemos a matéria na terça-feira.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Deputado Cabo Patrício, apreciaremos a matéria apenas em primeiro turno.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 04 2008	15h50min	29ª ORDINÁRIA	33

DEPUTADO CABO PATRÍCIO – Sr. Presidente, votaremos em primeiro turno, mas em segundo turno, somente após análise. Não existe acordo de Liderança para nenhum outro projeto do Poder Executivo. É bom deixar isso claro. Tem que haver reunião com as Lideranças primeiro, para depois se fazer o acordo.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, com relação a esse projeto, não há nenhum problema apreciá-lo em primeiro turno hoje. Faremos a reunião técnica e votaremos em segundo turno na outra semana.

(Assume a Presidência o Deputado Alírio Neto.)

DEPUTADO AYLTON GOMES – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO AYLTON GOMES (PMN. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, para mim, é uma satisfação retornar à Casa do Povo. Como fiquei sabendo que a Câmara Legislativa aprovou um projeto de cada Parlamentar, eu queria contar com a benevolência dos nobres Pares e de V.Exa. para verificar a possibilidade de incluir como item extrapauta o Projeto de Lei nº 71, de minha autoria, que já tramitou nas



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 04 2008	15h50min	29ª ORDINÁRIA	34

Comissões e está pronto para apreciação em Plenário. Se possível, votá-lo ainda hoje.

É um projeto simples – eu o disponho para que todos tomem conhecimento dele – que dispõe sobre a colocação da frase de advertência “Se beber, não dirija”, nas embalagens de bebidas alcoólicas no âmbito do Distrito Federal.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Deputado Aylton Gomes, eu também tenho um projeto de minha autoria aqui, mas estamos acordando em incluir na Ordem do Dia da próxima terça-feira os projetos dos Deputados que não apresentaram suas proposições hoje. Portanto, incluiremos na pauta de terça-feira.

Solicito ao Relator, Deputado Cristiano Araújo, que emita parecer da Comissão de Educação e Saúde sobre o Projeto de Lei Complementar nº 43, de 2007.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO (PTB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Educação e Saúde ao Projeto de Lei Complementar nº 43, de 2007, de autoria do Poder Executivo, que “institui o Fundo Distrital de Sanidade Animal e dá outras providências”.

No âmbito da Comissão de Educação e Saúde, não foi encontrado nenhum óbice. Portanto, somos pela admissibilidade do projeto.

É o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 04 2008	15h50min	29ª ORDINÁRIA	35

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer da Comissão de Educação e Saúde está aprovado com a presença de 13 Deputados.

Solicito ao Presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, Deputado Paulo Roriz, que indique relator para a matéria ou avoque a relatoria. (Pausa.)

Na ausência do Presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, Deputado Paulo Roriz, a Presidência designa o Deputado Cristiano Araújo para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Cristiano Araújo, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO (PTB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei Complementar nº 43, de 2007, de autoria do Poder Executivo, que "institui o Fundo Distrital de Sanidade Animal e dá outras providências".

No âmbito da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças não há óbice referente ao orçamento. Portanto, manifestamo-nos pela aprovação e admissibilidade do projeto.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Em discussão. (Pausa.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 04 2008	15h50min	29ª ORDINÁRIA	36

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças está aprovado com a presença de 13 Deputados.

A Presidência designa a Deputada Eurides Brito para emitir parecer da Comissão de Constituição e Justiça.

Solicito à Relatora, Deputada Eurides Brito, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei Complementar nº 43, de 2007, de autoria do Poder Executivo, que "Institui o Fundo Distrital de Sanidade Animal e dá outras providências".

No âmbito da Comissão de Constituição e Justiça, como já está implícita na matéria, a criação de fundo tem de ser por meio de Mensagem vinda do Poder Executivo. Este fundo não é facultativo, é obrigatório os governos estaduais e distrital aderirem. É uma adesão oficial ao Plano Nacional de Prevenção da Influenza Aviária e da Prevenção e Controle da Doença de Newcastle, instituído no âmbito no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 04 2008	15h50min	29ª ORDINÁRIA	37

Então, retardar a adesão ao Fundo é colocar o Distrito Federal em uma situação vexatória no âmbito das unidades da Federação e também diminui o grau de segurança que teremos em nossas casas para o consumo de determinados alimentos. Não sei por que há dúvida a respeito do projeto.

O Distrito Federal já está votando tarde demais. Tenho a informação de que só faltam três unidades da Federação completarem a adesão ao Fundo. Creio que a Capital da República deveria ter sido a primeira e não a antepenúltima.

Somos pela aprovação por considerar o projeto constitucional, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer da Comissão de Constituição e Justiça está aprovado com a presença de 13 Deputados.

Em discussão, em primeiro turno, o Projeto de Lei Complementar nº 43.
(Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que votarem "sim" estarão aprovando o projeto; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 04 2008	15h50min	29ª ORDINÁRIA	38

(Procede-se à votação nominal.)



REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DAS PROPOSIÇÕES EM PLENÁRIO

VOTAÇÃO EM 1º TURNO 2º TURNO TURNO ÚNICO

- PARECER ORAL REJEIÇÃO PROJETO FAVORÁVEL PROJETO/EMENDA(S) (VIDE ANEXO)
 CCJ CEOF CAS CDDHCEDP CAF CDC CES CSEG CDESCMAT M.DIR. COM.ESP.
 PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº(S) _____
 PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S) 43/07
 PROJETO DE LEI Nº(S) _____
 PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº(S) _____
 PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº(S) _____
 RECURSO Nº (S) _____
 REQUERIMENTO Nº (S) _____
 OUTROS _____

VOTO EM SEPARADO

Autor: Deputado(a): _____

Executivo

Relator: Deputado(a): _____

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	PART	SIM	NÃO	ABST	AUS	DV
	AYLTON GOMES	PMN	X				
	BATISTA DAS COOPERATIVAS	PRP	X				
	BENÍCIO TAVARES	PMDB	X				
	BERINALDO PONTES	PP	X				
	BISPO RENATO	PR	X				
	BRUNELLI	DEM	X				
	CABO PATRÍCIO	PT	X				
	CHICO LEITE	PT	-			X	
	CRISTIANO ARAÚJO	PTB	X				
	DOUTOR CHARLES	PTB	-			X	
	ÉRIKA KOKAY	PT	X				
	EURIDES BRITO	PMDB	X				
	JAQUELINE RORIZ	PSDB	-			X	
	LEONARDO PRUDENTE	DEM	X				
	LUZIA DE PAULA	PSL	X				
	MILTON BARBOSA	PSDB	-			X	
	PAULO RORIZ	DEM	-			X	
	PAULO TADEU	PT	X				
	RAAD MASSOUH	DEM	X				
	REGUFFE	PDT	X				
	ROGÉRIO ULYSSES	PSB	X				
	RÓNEY NEMER	PMDB	X				
	WILSON LIMA	PR	X				
	ALÍRIO NETO	PPS	X				
	TOTAL	---	19			05	

*P/S. PRESIDENTE/SECRETÁRIO

APRECIADA REDAÇÃO FINAL EM _____ / 2008

SECRETÁRIO DEP. WILSON LIMA

CONSOLIDADO POR _____

ASSINATURA _____

MAT. _____

ASSP/ Nº _____

FOLHA Nº _____



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 04 2008	15h50min	29ª ORDINÁRIA	39

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 19 votos favoráveis. Houve 5 ausências.

Está aprovado.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item nº 4:

Discussão e votação, em 2º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei Complementar nº 52, de 2007, de autoria do Poder Executivo, que “dispõe sobre a desafetação de áreas e o remanejamento de lotes nas áreas que especifica e dá outras providências”.

Relatores: Deputado Leonardo Prudente - CAF

Deputada Eurides Brito - CCJ.

A Presidência informa a existência de Emenda Adltiva nº 1, de segundo turno. (Pausa.)

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu retiro a emenda.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – A Presidência acata a retirada da emenda. Portanto, passaremos à apreciação da matéria.

Em discussão, em segundo turno, o PLC nº 52/07.

Concedo a palavra ao Deputado Reguffe.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 04 2008	15h50min	29ª ORDINÁRIA	40

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu vou votar contra esse projeto e isso não tem nada a ver com as mensagens, nada disso.

Votei contra essa matéria no primeiro turno. Por coerência, eu voto contra as mudanças de destinação de lotes e as desafetações de áreas. Então, ainda por coerência, votarei novamente contra esse projeto, assim como fiz no primeiro turno.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Paulo Tadeu, próximo orador inscrito.

DEPUTADO PAULO TADEU (PT. Para discutir. Sem revlsão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Deputados, esse Projeto de Lei Complementar nº 52, de 2007, foi objeto de debate entre nós, principalmente pela tensão que gerou nesta Casa nos últimos dias.

Eu quero dizer aqui, de público, primeiramente da minha certeza, pela análise técnica que foi feita pela Liderança do nosso partido, de que essa proposição não tem nenhum problema de caráter técnico. Tudo bem? Então, do ponto de vista técnico, não há que se questionar esse projeto. Mas ele segue outros padrões e outras discussões que nesta Câmara já se travaram.

O que ocorre neste momento é um problema de caráter político apenas, com relação a essa proposição, diante de tudo o que aconteceu nos últimos dias. Nossa Liderança encaminha pelo voto contrário a essa matéria, e eu quero dizer também da minha confiança de que nesse projeto não há a participação ilícita de nenhum Parlamentar.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 04 2008	15h50min	29ª ORDINÁRIA	41

É uma proposição que tem origem no Poder Executivo. Quem assina e encaminha essa matéria a esta Casa é o Governador eleito do Distrito Federal. Geralmente tenta-se criar uma situação ruim para o Poder Legislativo. Mas esse projeto não é fruto de nenhum Parlamentar, não foi assinado por deputado A, B ou C. Foi assinado pelo Chefe do Poder Executivo! Eu quero deixar esse meu testemunho aqui, para que não paire sobre os Parlamentares nenhum tipo de dúvida ou suspeita.

Nós da bancada do Partido dos Trabalhadores iremos votar contrariamente a essa matéria, respeitando, é claro, o voto de cada um e dizendo que esse é um projeto que tem origem no Poder Executivo. Acreditamos que o Governador do Distrito Federal, ao enviar essa proposição a esta Câmara, apreciou todos os pontos relacionados a essa matéria, a esse terreno. Portanto, qualquer dúvida ou questionamento caberá especialmente a quem encaminhou a esta Casa tal projeto. Não adianta criar aqui um clima de dúvida, de suspeita entre nós Parlamentares. Nós não podemos aceitar um tipo de processo, um tipo de jogo como esse que foi feito nos últimos dias nesta Câmara.

Votaremos contra por uma questão política, mas temos certeza de que esse projeto não possui problema de caráter técnico. E o responsável por ele não é qualquer Parlamentar desta Casa, é o Governador do Distrito Federal.

(Assume a Presidência o Deputado Wilson Lima.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Alírio Neto.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 04 2008	15h50min	29ª ORDINÁRIA	42

DEPUTADO ALÍRIO NETO (PPS. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, imprensa, cidadãos que estão em casa assistindo à *TV Distrital*, quero dizer que entendo que a proposição que está sendo apreciada neste momento, de iniciativa do Poder Executivo, não recebeu nenhuma emenda desta Casa, assinada por qualquer Parlamentar, e não sofreu alteração de destinação de área. A destinação dessa área foi alterada quando da votação do PDL do Guará, em 2006; não foi nesta Legislatura!

Em nossa análise técnica, não há nenhum benefício ou ganho material para os terrenos que estão sendo realocados apenas. E se houver, o próprio projeto prevê o pagamento da mais-valia, de iniciativa do Poder Executivo. Assim mesmo, foi bombardeado por torpedos apócrifos enviados aos telefones celulares de quase todos os Parlamentares. Eu acho que a pessoa ou a instituição que está por trás disso, se tivesse certeza e se tivesse elementos comprobatórios da denúncia feita, já teria aparecido e entregue tais provas, inclusive aos Parlamentares de Oposição ao Governo nesta Casa. Está aberto o plenário desta Casa e aqui estão os Parlamentares para que se apresente essa suposta irregularidade que existe nessa proposição.

De fato, esse projeto nos foi muito bem apresentado pela Liderança do Governo, junto com os técnicos, aqui na sala do cafezinho, com profundo conhecimento quanto a todos os óbices que foram levantados em um primeiro momento e, depois, em um segundo instante, com a ampla discussão ocorrida. Esteve presente o Dr. Luiz Antônio, Secretário Adjunto da SEDUMA à época da



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 04 2008	15h50min	29ª ORDINÁRIA	43

elaboração dessa proposição, que nos explicou todos os seus detalhes. Houve ainda a presença de outros técnicos, por duas vezes nesta Casa, para falar sobre esse projeto.

Eu voto essa proposição com tranquilidade. Eu inclusive entendo que em pelo menos dois dos lotes que estão sendo realocados nesse projeto haverá prejuízo. Porque teoricamente, em minha visão, o Estado deveria indenizar os proprietários. Esse é meu posicionamento oficial.

DEPUTADO BERINALDO PONTES – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO ALÍRIO NETO – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO BERINALDO PONTES (PP. Sem revisão do orador.) – Deputado Alírio Neto, só para frisar que esta Casa e essa Presidência também tomou as devidas providências para a apuração dessa calúnia e desse fato, promovido de maneira “bandidosa”. Portanto, essa Presidência e esta Câmara já tomaram todas as providências para apurar essa calúnia!

DEPUTADO ALÍRIO NETO – Agradeço o aparte de V.Exa., Deputado Berinaldo Pontes.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, o que é mais importante deixar claro é que esta Casa não pode fazer e montar sua pauta baseada em informações apócrifas! Nesse ínterim, quero parabenizar todos os Parlamentares desta Casa, porque não nos acovardamos diante dessas denúncias infundadas – quero deixar bem claro isso!

DEPUTADO PAULO RORIZ – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO ALÍRIO NETO – Ouço o aparte de V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 04 2008	15h50min	29ª ORDINÁRIA	44

DEPUTADO PAULO RORIZ (DEM. Sem revisão do orador.) – Deputado Alírio Neto, eu quero dizer que concordo com tudo aquilo que V.Exa. está falando.

Eu tinha dúvidas quanto à parte técnica desse projeto. Com a vinda do Sr. Secretário Luiz aqui ontem, fiquei consciente e ciente de que esse projeto do Executivo é extremamente importante. Então, quero dizer a V.Exa. que este Parlamentar vai votar de acordo com a orientação do Líder. Porque o que o Presidente da CODHAB nos disse ontem, na sala do cafezinho, nos tranqüilizou quanto à dúvida que tínhamos.

Portanto, quero me solidarizar com tudo o que V.Exa. está dizendo aqui, Deputado Alírio Neto.

DEPUTADO ALÍRIO NETO – Muito obrigado, Deputado Paulo Roriz.

DEPUTADO RAAD MASSOUH – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO ALÍRIO NETO – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO RAAD MASSOUH (DEM. Sem revisão do orador.) – Deputado Alírio Neto, eu gostaria de fazer um esclarecimento pessoal.

DEPUTADO ALÍRIO NETO – Claro!

DEPUTADO RAAD MASSOUH – V.Exa. falou que existe, dentro do projeto, um dispositivo que determina que caso haja diferença no preço, deverá vigorar a lei de mais-valia.

DEPUTADO ALÍRIO NETO – Dentro do projeto do PDL do Guará.

DEPUTADO RAAD MASSOUH – Já existe Isso.

DEPUTADO ALÍRIO NETO – Já existe e foi-nos mostrado!



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 04 2008	15h50min	29ª ORDINÁRIA	45

DEPUTADO RAAD MASSOUH – A pergunta que eu quero fazer é a seguinte: já que existe esse projeto, existem as taxas e os valores proporcionais a isso? Ou podem ser alteradas?

DEPUTADO ALÍRIO NETO – Não podem ser alteradas sem a autorização do Poder Legislativo. As taxas de ocupação do terreno já foram definidas, não nesse projeto, mas no PDL votado em 2006.

DEPUTADO RAAD MASSOUH – Não pode ser mudado?

DEPUTADO ALÍRIO NETO – Não pode ser mudado sem uma autorização legislativa. Para mudar, teria de retornar à Casa.

DEPUTADO RAAD MASSOUH – Muito obrigado, Deputado Alírio Neto.

DEPUTADO ALÍRIO NETO – Agradeço o aparte do Deputado Raad Massouh.

Encerro dizendo que não nos curvamos nem vamos nos curvar. Quem tentou de alguma forma tirar algum benefício nesse processo através de ataques apócrifos, fique sabendo que a Câmara Legislativa se impôs como instituição.

(Assume a Presidência o Deputado Alírio Neto.)

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Rôney Nemer.

DEPUTADO RÔNEY NEMER (PMDB. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nobres pares, eu gostaria de rever a minha posição.

No dia em que o projeto foi votado em primeiro turno, eu pensei que se tratasse de outro projeto que também está nesta Casa que diz que todos os lotes do Distrito Federal que tiverem Interferência poderiam, a bem do Estado, a bem do



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 04 2008	15h50min	29ª ORDINÁRIA	46

Poder Público, ser remanejados ou ter a área compensada. Eu não sabia que o projeto tratava de uma forma específica. Temos um projeto genérico que está tramitando nesta Casa e temos esse destinado a três situações.

Não estou preocupado se estão dizendo que está tendo isso ou aquilo. Penso que cada um tem sua consciência e vota de acordo com ela. Entendo que o melhor seria aprovarmos o projeto que é genérico, que define isso para todos os lotes. Como urbanista e participante de projetos de várias cidades, sei que isso é corriqueiro. Todo dia, tem um lote sendo vendido, tem uma rede passando embaixo do lote, tem um poste da CEB, há vários tipos de interferências das concessionárias de serviços públicos.

Então, eu votarei contra o projeto, por não concordar com o direcionamento para uma, duas ou três situações específicas e por entender que o outro que engloba todos os lotes do Distrito Federal é a melhor contribuição que esta Casa poderia dar do ponto de vista urbanístico. Que nós aproveemos esse projeto. Acredito que esse, sim, é um projeto que faz justiça a todos os problemas que temos de interferência de concessionárias de serviço público em áreas de lotes no Distrito Federal.

É a minha posição, Sr. Presidente.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Concedo a palavra a V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 04 2008	15h50min	29ª ORDINÁRIA	47

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Deputado Rôney Nemer citou o Item nº 10, que é o Projeto de Lei nº 537. Então, solicito a todos os Deputados que, no momento da discussão dos “puxadinhos”, exponham suas dúvidas sobre o PL nº 537 para os técnicos que estarão aí e ao Deputado Rôney Nemer.

Esse projeto está na pauta. Nós poderíamos também apreciar, na próxima semana, esse projeto citado pelo Deputado Rôney Nemer com muita propriedade.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Cabo Patrício.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu só gostaria de informar que nós, da bancada do Partido dos Trabalhadores, votamos “sim” em primeiro turno. Fizemos um acordo com a Liderança do Governo para que fosse trazida a esta Casa toda a documentação pertinente ao PLC nº 52. O Líder do Governo realmente trouxe. Houve várias reuniões e discussões. Inclusive ontem nós estivemos discutindo com o Dr. Luiz Antônio na sala do cafezinho, vendo a íntegra do PDL em discussão e toda a carta poligonal. Depois de toda a discussão, mesmo assim nós, hoje, continuamos recebendo os torpedos.

Quero deixar claro que o torpedo é indiferente para qualquer Parlamentar. Até porque nenhum Parlamentar aqui vai se curvar a qualquer denúncia anônima. Se há qualquer irregularidade e a pessoa que manda os torpedos tem a disposição de denunciar, que o faça abertamente e claramente, que venha e diga onde estão os



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 04 2008	15h50min	29ª ORDINÁRIA	48

pontos errôneos, o que está sendo feito de irregular, quem recebeu os R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) de propina, qual dos Parlamentares ganhou R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) e de quem foi, e não ficar fazendo acusações infundadas sem ter um embasamento legal.

Mesmo assim, o Partido dos Trabalhadores vai votar “não” ao PLC nº 52, tendo consciência de que o projeto, como disse o Deputado Paulo Tadeu, veio do Executivo. O Poder Executivo fez toda a análise. Sabemos que o metrô passou por aquela área. Foi mostrado ontem o registro em cartório de quatro ex-proprietários dessa área, que está sendo averbada agora para a JC Gontijo.

Nós vamos votar “não” ao PLC nº 52. E deixo bem claro que não é em função de nenhuma pressão, até porque nós do PT – eu e os Deputados Paulo Tadeu, Erika Kokay e Chico Leite – estamos acostumados à pressão, principalmente à pressão popular da grande massa. Por coerência, votaremos “não”, juntamente com outros Parlamentares, como os Deputados Rôney Nemer, Milton Barbosa e Reguffe, que também votarão “não”.

O encaminhamento da Liderança é pelo voto “não” ao PLC nº 52.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Continua em discussão.

Concedo a palavra à próxima inscrita, Deputada Erika Kokay.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Presidente desta Casa, Deputado Alírio Neto, lembrou bem que o PDL do Guará foi aprovado na outra legislatura. Houve uma



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 04 2008	15h50min	29ª ORDINÁRIA	49

tentativa de aprová-lo em 2005, mas ele foi deixado para uma posterior discussão e foi aprovado em 2006.

Desde a discussão do PDL do Guará, fomos contrários a que houvesse mudança de destinação de uso desta área, que agora é objeto de um novo projeto. Não apenas nós fomos contrários, mas também vários deputados que, à época, participavam da frente que incluía o PT, o PFL e outros partidos, que chegaram a estruturar uma chapa que concorreu à Mesa Diretora e acabou saindo vitoriosa.

Em 2005, fizemos uma discussão conjunta com todos esses partidos e chegamos ao consenso de que, em primeiro lugar, não havia que se mudar destinação de uso desta área, porque representava uma sobrecarga e não sabíamos se a cidade do Guará suportaria essa sobrecarga sem perder sua qualidade de vida, porque estávamos adensando a cidade.

Em segundo lugar, a bancada do Partido dos Trabalhadores levantou, à época, que aquele terreno pertencia ao Senador Paulo Octávio. Ele disse que o terreno havia sido vendido. É preciso ver a cadeia dominial, porque, ao que me consta, a transferência ainda não foi efetivada. Por si só, o Vice-Governador do Distrito Federal está sendo ou pode ser – teríamos que ter segurança acerca disso – beneficiado com uma compensação. Pensem: uma compensação pela perda de uma área que foi usada para construir o Metrô em 1991. A empresa perdeu essa área em 1991. Agora, quando temos como Vice-Governador aquele que, ao que tudo indica, ainda é formalmente o proprietário desta área, há uma discussão de compensação.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 04 2008	15h50min	29ª ORDINÁRIA	50

Eu me pergunto: a empresa entrou na Justiça? O dono da área ou os donos da área entraram na Justiça quando perderam parte dela para um bem público? Que eu saiba, não entraram na Justiça. Desde 1991, permitiram que fosse diminuída a área de sua propriedade. Depois do PDL do Guará, esta área ficou muito mais valorizada, porque houve a mudança de destinação de uso, que possibilitou a construção de residências, que, diga-se de passagem, via de regra, não contemplarão a população de baixa renda.

Eu me pergunto: qual é a lógica da política habitacional? Porque está-se querendo construir um bairro como o Noroeste, que talvez terá o metro quadrado mais caro do Distrito Federal, quando a demanda reprimida por habitação nesta cidade, como em todo o País, é por volta de 80% do segmento que tem uma renda familiar de até três ou quatro salários mínimos. Esta área, com a mudança de destinação de uso, não vem para suprir a maior demanda reprimida desta cidade, que é a da população de renda familiar menos favorecida.

Independentemente dos torpedos, independentemente das denúncias, que têm de ser devidamente apuradas, inclusive, se não for constatada a sua veracidade — a qual não acredito que exista —, é preciso punir quem encaminhou todos esses torpedos.

Contudo, independentemente de tudo isso, estamos mantendo exatamente a mesma posição que tivemos na ocasião da discussão do PDL do Guará. Não queremos, depois, ser apontados como agentes ou instrumentos de favorecimento ao Vice-Governador, a grupos empresariais desta cidade ou a quem quer que seja.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 04 2008	15h50min	29ª ORDINÁRIA	51

Gostaríamos que alguém nos esclarecesse o porquê de se fazer uma compensação dezessete anos depois, sem nenhuma provocação do Poder Judiciário, mudada a destinação de uso e no momento em que o proprietário da área é Vice-Governador do Distrito Federal. São dúvidas que não foram esclarecidas. Portanto, vamos votar contrariamente ao projeto.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Leonardo Prudente.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu trarei à Deputada Erika Kokay a documentação que comprova que esta área não pertence mais ao Vice-Governador — já lhe pertenceu no passado, mas não lhe pertence mais. O processo de averbação, às vezes, quando se tira certidão, em função da incorporação, é muito longo, muito demorado. Portanto, não há nenhum favorecimento ao Vice-Governador, Presidente do meu partido, os Democratas, Sr. Paulo Octávio.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Continua em discussão. (Pausa.)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que votarem "sim" estarão aprovando o projeto; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)

51.2

100



REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DAS PROPOSIÇÕES EM PLENÁRIO

VOTAÇÃO EM 1º TURNO 2º TURNO TURNO ÚNICO

- PARECER ORAL REJEIÇÃO PROJETO FAVORÁVEL PROJETO/EMENDA(S) (VIDE ANEXO)
- CCJ CEOF CAS CDDHCEDP CAF CDC CES CSEG CDESCMAT M.DIR. COM.ESP.
- PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº(S) _____
- PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S) 52/07
- PROJETO DE LEI Nº(S) _____
- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº(S) _____
- PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº(S) _____
- RECURSO Nº (S) _____
- REQUERIMENTO Nº (S) _____
- OUTROS _____

VOTO EM SEPARADO

Autor: Deputado(a): _____

Executivo

Relator: Deputado(a): _____

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	PART	SIM	NÃO	ABST	AUS	DV
	AYLTON GOMES	PMN	X				
	BATISTA DAS COOPERATIVAS	PRP	X				
	BENÍCIO TAVARES	PMDB	X				
	BERINALDO PONTES	PP	X				
	BISPO RENATO	PR	X				
	BRUNELLI	DEM	X				
	CABO PATRÍCIO	PT		X			
	CHICO LEITE	PT				X	
	CRISTIANO ARAÚJO	PTB	X				
	DOUTOR CHARLES	PTB				X	
	ÉRIKA KOKAY	PT		X			
	EURIDES BRITO	PMDB	X				
	JAQUELINE RORIZ	PSDB				X	
	LEONARDO PRUDENTE	DEM	X				
	LUZIA DE PAULA	PSL	X				
	MILTON BARBOSA	PSDB				X	
	PAULO RORIZ	DEM	X				
	PAULO TADEU	PT		X			
	RAAD MASSOUH	DEM	X				
	REGUFFE	PDT		X			
	ROGÉRIO ULYSSES	PSB	X				
	RÓNEY NEMER	PMDB		X			
	WILSON LIMA	PR	X				
	ALÍRIO NETO	PPS	X				
	TOTAL	---	15	5		4	

*P/S- PRESIDENTE/SECRETÁRIO

APRECIADA REDAÇÃO FINAL EM 17.04/2008

SECRETÁRIO DEP. WILSON LIMA

CONSOLIDADO POR

ASSINATURA	MAT.	ASSP/ Nº 1
		FOLHA Nº



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 04 2008	15h50min	29ª ORDINÁRIA	52

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 15 votos favoráveis e 5 votos contrários. Houve 4 ausências.

Está aprovado.

DEPUTADO BRUNELLI – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BRUNELLI (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Lei Complementar nº 52, de 2007, de autoria do Poder Executivo, que “dispõe sobre a desafetação de áreas e o remanejamento de lotes nas áreas que especifica e dá outras providências”.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à sanção.

Concedo a palavra ao Deputado Raad Massouh, para declaração de voto.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 04 2008	15h50min	29ª ORDINÁRIA	53

DEPUTADO RAAD MASSOUH (DEM. Para declaração de voto. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero confessar que toda essa situação me deixou apreensivo por vários dias, mas, depois que participei das reuniões, tive resposta dos técnicos a todas as minhas perguntas e quero dar uma satisfação do meu voto.

Durante todo esse tempo, minha tendência foi mais a não votar do que a votar, porém, após a reunião de ontem e com os esclarecimentos devidos, votei favoravelmente à matéria, seguindo orientação de todo o partido. Tenho certeza absoluta de que votei com a minha consciência.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Item nº 14:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 798, de 2008, de autoria da Deputada Eurides Brito, que “declara de utilidade pública a Associação de Amigos Pró-Orquestra Sinfônica do Teatro Nacional Cláudio Santoro”.

Relatores: Deputado - CAS

Deputado - CCJ.

Solicito ao Deputado Wilson Lima que emita parecer da Comissão de Assuntos Sociais sobre a matéria.

DEPUTADO WILSON LIMA (PR. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Assuntos Sociais ao Projeto de Lei nº 798, de 2008, de autoria da Deputada Eurides Brito, que “declara de utilidade pública a Associação de Amigos Pró-Orquestra Sinfônica do Teatro Nacional Cláudio Santoro”.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 04 2008	15h50min	29ª ORDINÁRIA	54

Após um estudo minucioso da matéria em questão por parte desta Comissão, não há óbice ao acatamento da presente proposição. Somos, portanto, favoráveis à sua aprovação.

É o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Em discussão o parecer da CAS.

(Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 18 Deputados.

Solicito ao Deputado Brunelli que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO BRUNELLI (DEM. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 798, de 2008, de autoria da Deputada Eurides Brito, que “declara de utilidade pública a Associação de Amigos Pró-Orquestra Sinfônica do Teatro Nacional Cláudio Santoro”.

Trata-se de um projeto que está adequado às normas jurídicas na regimentalidade e juridicidade. Somos, portanto, favoráveis a sua admissibilidade.

É o parecer, Sr. Presidente.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 04 2008	15h50min	29ª ORDINÁRIA	55

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Em discussão o parecer da CCJ.

(Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 18 Deputados.

Em discussão o projeto, em primeiro turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 18 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Conforme acordado com as Lideranças, nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 17h29min.)